

Usando da faculdade conferida pela 1.<sup>a</sup> parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica o Ministro das Finanças autorizado, em contrapartida da exportação de produtos com elas fabricados, a reduzir ou isentar de direitos a importação de matérias-primas cuja produção nacional seja insuficiente ou revele variação irregular não susceptível de compensação através da respectiva armazenagem.

Art. 2.º A importação a que se refere o artigo anterior deverá fazer-se mediante prévia garantia dos direitos que forem devidos pelas respectivas taxas vigentes.

Art. 3.º A exportação dos produtos referidos no artigo 1.º será isenta de direitos.

Art. 4.º Os despachos de importação de matérias-primas, bem como os de exportação dos produtos, serão liquidados quando se verificar que foi efectuada a exportação a que alude o artigo 1.º e desde que os interessados façam, perante a alfândega, prova iniludível de que foi exportada toda a quantidade importada.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Julho de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Eduardo de Arantes e Olivetra* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Henrique Veiga de Macedo*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior  
e das Belas-Artes

### Decreto n.º 40 695

Tendo a experiência mostrado a necessidade de se alterar o Regulamento do Acto de Licenciatura em Medicina, que consta do Decreto n.º 40 189, de 16 de Junho de 1955;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O júri do acto de licenciatura em Medicina, a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 37 040, de 2 de Setembro de 1948, será constituído por um presidente e dois vogais.

§ 1.º O presidente será sempre um professor catedrático; os vogais poderão ser professores catedráticos ou extraordinários ou primeiros-assistentes.

§ 2.º A designação de todos os membros do júri compete ao director da Faculdade, ouvido o conselho escolar.

Art. 2.º A dissertação será apreciada e discutida por dois membros do júri durante o tempo mínimo de quinze e máximo de trinta minutos cada um.

§ único. Só serão admitidos à discussão os trabalhos que o júri previamente reconheça terem nível que a justifique.

Art. 3.º Haverá três épocas para a realização do acto de licenciatura: de 21 a 31 de Julho, de 1 a 31 de Outubro e de 1 a 31 de Janeiro.

§ único. Os requerimentos para a admissão ao acto de licenciatura serão entregues, até trinta dias antes do início da respectiva época, na secretaria da Universidade, acompanhados de seis exemplares, impressos ou dactilografados, da dissertação.

Art. 4.º A informação final será a média resultante da média obtida em todos os exames do curso médico-cirúrgico e da nota do acto de licenciatura. Se a média assim extraída for inferior à das classificações alcançadas nos exames de clínicas, juntar-se-lhe-á metade da diferença.

§ 1.º Para efeito da informação final, só no último cálculo haverá lugar a arredondamento da média, nos termos do Decreto de 24 de Julho de 1911.

§ 2.º A classificação do estágio, expressa em conformidade com a escala *suficiente*, *bom* e *muito bom*, será considerada para a determinação da nota do acto de licenciatura.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Julho de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Francisco de Paula Leite Pinto*.